

A família e suas inter-relações com o desenvolvimento humano¹

Maria Auxiliadora Dessen
Marcela Pereira Braz

A psicologia da família é uma área de conhecimento que trata da relação que cada um de seus membros estabelece, individualmente, com os demais integrantes de uma mesma família, enquanto a sociologia e a terapia familiares focalizam a família como unidade ou sistema, indo além das interações individuais entre os membros familiares (Labate, 1994). Por se tratar de um campo relativamente novo de pesquisa, falta à área da psicologia da família sistematização teórica e definição clara de seu campo de estudo (Petzold, 1996), apesar dos avanços ocorridos nos últimos 10 anos e dos esforços dos pesquisadores, sobretudo daqueles que estudam a família sob a ótica do desenvolvimento humano. E é para essa perspectiva que voltamos a nossa atenção neste capítulo, isto é, para questões relativas à família no contexto do desenvolvimento.

Estudar a família é uma tarefa difícil, tendo em vista a complexidade que a envolve. A família é um sistema complexo, composto por subsistemas integrados e interdependentes, que

estabelece uma relação bidirecional e de mútua influência com o contexto sócio-histórico-cultural no qual está inserida (Minuchin, 1985, 1988). A família é, também, vista como um dos primeiros contextos de socialização dos indivíduos, possuindo papel fundamental para o entendimento do processo de desenvolvimento humano (Dessen, 1997; Kreppner, 1992, 1995, 2000, 2003).

O desenvolvimento humano, por sua vez, também é um fenômeno complexo, pois compreende um processo de transformação que ocorre ao longo do tempo, sendo multideterminado tanto por fatores próprios dos indivíduos (traços de personalidade, características físicas) quanto por aspectos mais amplos do contexto social no qual eles estão inseridos. Constituem exemplos de tais aspectos o ambiente físico, as oportunidades e os recursos oferecidos pelo contexto, os valores e as crenças disseminados em determinada cultura, os momentos históricos específicos, as questões sociais e econômicas, além de diversos outros componentes. Indo mais além, Kreppner (2003) define o desenvolvimento humano como uma inter-relação complexa entre constituição genética e fatores ambientais, delimitada por um contexto relacional específico que, por sua vez, é caracterizado por um clima emocional particular. O processo de desenvolvimento implica, portanto, momentos de estabilidade e caos, continuidade e descontinuidade, movimento e

¹ Este capítulo foi escrito com o apoio do Instituto Max Planck para o Desenvolvimento Humano – MPI, Berlim, sob a modalidade de bolsa de pós-doutoramento para a primeira autora. Agradecemos imensamente ao Prof. Dr. Kurt Kreppner, não só pelos comentários e sugestões à versão preliminar deste capítulo, mas também por sua infinita disposição para ler este e outros manuscritos em português.

estruturação (Elder, 1996; Garièpy, 1996; Valsiner, 1989a, 1989b), para os quais os pesquisadores deveriam concentrar a sua atenção.

A integração formal entre essas duas áreas (família e desenvolvimento humano), que constitui, hoje, o foco de interesse da psicologia do desenvolvimento familiar, foi proposta na década de 1950 por Duvall (1962). Essa idéia emergiu durante o primeiro *Workshop Interdisciplinar sobre Casamento e Família*, organizado pela própria Evelyn Duvall, na Universidade de Chicago, durante o ano de 1950. Na apresentação de seu livro intitulado *Family Development*, publicado originalmente em 1957, a autora deixa claro que o grupo de trabalho sobre Pesquisa do Desenvolvimento Familiar, do qual fazia parte, foi o primeiro a formular o conceito de tarefas de desenvolvimento familiar.

A pesquisa que integra família e desenvolvimento caracteriza-se pela expansão da teoria familiar sistêmica, incluindo a dimensão temporal, na qual a família tem uma série de tarefas a serem cumpridas em função dos períodos específicos do seu desenvolvimento enquanto grupo e do desenvolvimento individual de seus membros (Kreppner, 2003). Esta área investiga os processos de continuidade e descontinuidade que ocorrem dentro do contexto familiar, que possui seu próprio processo de transformação e desenvolvimento, que vai além da interdependência entre as trajetórias do desenvolvimento do indivíduo e de sua família (Dessen, 1997; Kreppner, 1992, 2000, 2003).

O presente capítulo busca, assim, despertar o interesse do leitor acerca da construção de possíveis inter-relações existentes entre família e desenvolvimento e dos processos que os unem. Na primeira seção, são discutidas questões relativas ao conceito e à caracterização de família, tendo como base a visão de família como um sistema complexo. Na segunda seção, apresentamos argumentos em direção a uma inevitável integração entre família, cultura e desenvolvimento humano, enfatizando, particularmente, a importância da família e da cultura na promoção do desenvolvimento. A terceira seção é dedicada a discutir alternativas para pesquisas futuras na área de desen-

volvimento da família, destacando a metodologia empregada por Kurt Kreppner, renomado pesquisador do Instituto Max Planck para o Desenvolvimento Humano, situado em Berlim, Alemanha. Para finalizar, tecemos algumas considerações sobre as transformações ocorridas nas famílias nos últimos tempos, como decorrência de mudanças no contexto sócio-histórico-cultural, e apresentamos nossas principais conclusões a respeito das inter-relações entre família, cultura e desenvolvimento, ressaltando a importância de se buscar novas alternativas para o estudo da família, visando, sobretudo, à compreensão dos processos de desenvolvimento humano.

A VISÃO DA FAMÍLIA COMO SISTEMA COMPLEXO

A teoria sistêmica constitui um dos principais arcabouços teóricos para a compreensão da família como um sistema complexo. Esse paradigma sistêmico revolucionou as ciências biológicas e exatas e influenciou, profundamente, as ciências sociais durante o século XX. A influência dessa teoria expandiu-se a partir da necessidade suscitada pelo movimento da ciência, em especial da física quântica, de estabelecer um novo modelo para a compreensão dos fenômenos. Acreditava-se que os objetos de estudo não poderiam ser mais compreendidos a partir de um modelo de causalidade linear, ou seja, causa e efeito e, sim, com base em uma visão complexa da realidade (Minuchin, 1985, 1988).

De acordo com a teoria sistêmica, os sistemas vivos, tais como a família, são regidos por alguns princípios básicos, dentre eles: (a) o sistema é um todo organizado; (b) os padrões, em um sistema, são circulares e não lineares, ou seja, há influência mútua e bidirecionalidade entre os seus componentes; (c) os sistemas vivos são abertos, isto é, estabelecem trocas com o ambiente externo que, por sua vez, provocam transformações no sistema, além de possuírem elementos homeostáticos e mecanismos de reequilíbrio que mantêm a estabilidade de seus padrões, e (d) os sistemas também são complexos, isto é, compostos por subsistemas interdependentes.

De acordo com esses princípios, a família é considerada como um todo, um grupo que tem uma estrutura, uma dinâmica e uma função, cujas relações entre os seus membros tendem ao equilíbrio e são reguladas pelos princípios de retroalimentação.

Adotar a concepção sistêmica significa focalizar a família como um sistema complexo, composto por vários subsistemas, como marido-esposa, genitores-filhos, irmãos-irmãs, avós-netos (Dessen, 1997; Kreppner, 1992, 2000). Esses subsistemas são separados por fronteiras e constituídos por regras e limites próprios que regulam os intercâmbios estabelecidos entre eles, o que permite a manutenção de sua integridade e de seus padrões próprios. A falta ou o afrouxamento exacerbado dessas fronteiras e desses limites pode caracterizar a patologia em um sistema familiar (Minuchin, 1985, 1988). De acordo com esta autora, a evolução e a mudança, inerentes aos sistemas abertos, representam as transformações ocorridas ao longo do tempo no ciclo de vida da família, em que as diferenças de um momento anterior e a emergência da nova condição ou situação provocam a perda de um equilíbrio já estabelecido e o restabelecimento de um novo, com base na condição que emerge. Estes períodos caracterizam o que denominamos *transições no desenvolvimento* ou, usando uma terminologia própria da abordagem sistêmica da família, *crises normativas*. Assim, no próximo tópico, destacamos, sucintamente, as transições no ciclo de vida da família, enfatizando as principais tarefas de desenvolvimento familiar, peculiares a cada estágio.

As etapas evolutivas do grupo familiar

No intuito de compreender as mudanças no ciclo de vida familiar, Carter e McGoldrick (1989/1995) propuseram estágios de desenvolvimento familiar, com base em peculiaridades da classe média dos Estados Unidos da América. A proposta dessas autoras, por ser restrita à família nuclear tradicional, apenas nos orienta no sentido de entender melhor a dinâmica e o funcionamento das famílias ao

longo do tempo, não devendo ser generalizada a todos os tipos de famílias e culturas.

Para elas (Carter e McGoldrick, 1989/1995), o primeiro estágio do desenvolvimento familiar é caracterizado pela separação do jovem adulto de sua família de origem e pela busca da própria independência financeira e emocional. A tarefa da família e do jovem, nesse estágio, é estabelecer essa separação sem, no entanto, romper bruscamente com ou fugir das relações familiares. O problema ou a disfunção mais comum nessa etapa é a inexistência de um relacionamento mais igualitário entre os genitores e seus filhos adultos, o que dificulta o afrouxamento dos laços de dependência entre eles e o estabelecimento da independência do jovem adulto.

O segundo estágio, de acordo com Carter e McGoldrick (1989/1995), é a união das famílias de origem dos jovens adultos pelo casamento, ou seja, é a etapa de estabelecimento de uma nova relação conjugal. A tarefa de desenvolvimento própria dessa fase é a transformação dos dois sistemas familiares de origem, sua sobreposição e, conseqüentemente, a promoção do surgimento de um terceiro sistema composto pelo novo casal. Os problemas corriqueiros dessa fase incluem a incapacidade de promover a modificação do *status* vigente das famílias de origem dos parceiros e a dificuldade de formalizar o relacionamento do novo casal em função das deficiências existentes nas fronteiras de um ou de ambos os cônjuges com a sua própria família de origem.

A terceira etapa do ciclo de vida familiar é a transição do casal decorrente do nascimento dos filhos; é o momento em que os cônjuges se tornam genitores e a família convive com crianças pequenas. A principal tarefa desse período é avançar uma geração, cuidando da promoção do desenvolvimento da geração mais nova ou dos filhos pequenos. Os filhos passam, então, a ser genitores e os genitores, avós. A disfuncionalidade mais comum, neste momento, é o conflito conjugal decorrente de desentendimentos relacionados ao cuidado dos filhos e à divisão das tarefas domésticas. É nessa fase que ocorre o maior número de divórcios, estando os casais, em geral, entre o primeiro e o quinto ano de casamento.

O quarto estágio é a transformação do sistema familiar em função do período da adolescência dos filhos. A adolescência é uma fase em que os indivíduos buscam a construção de sua identidade e, portanto, questionam diversas regras, valores e crenças, anteriormente estabelecidos no relacionamento com seus genitores e no contexto social em que estão inseridos, no intuito de diferenciarem-se, tornarem-se mais independentes e construam seu espaço como indivíduos. A família vivencia estas experiências juntamente com os adolescentes e o que representa o marco de entrada do sistema familiar, nessa fase, é o adotar do filho primogênito. A principal tarefa, no momento, é o aumento da flexibilidade nas interações entre os genitores e os filhos adolescentes e, conseqüentemente, uma diminuição da autoridade dos primeiros. A dificuldade mais comum enfrentada pelas famílias, nessa fase, é o que Carter e McGoldrick (1989/1995) denominam *crise do meio da vida*, que é vivenciada especificamente pelo casal e caracterizada pelo questionamento e pela reflexão acerca das satisfações e insatisfações pessoais, profissionais e conjugais.

A próxima etapa é a chegada das famílias ao meio da vida, proporcionando os recursos e o suporte necessários para que os filhos se tornem independentes e construam seus espaços pessoais e profissionais, dando prosseguimento à trajetória do ciclo de vida familiar. A tarefa básica desse período é encaminhar os filhos adultos e buscar a reestruturação do relacionamento conjugal. Portanto, é fundamental que os cônjuges resgatem o momento inicial de sua vida conjugal, para que possam suportar a ausência dos filhos. Quando isso não ocorre, os principais problemas são as famílias agarrarem-se aos filhos, dificultando o rompimento natural do vínculo genitores-filhos, e a emergência de sentimentos de vazio e depressão por parte dos genitores, em especial entre as mulheres.

O sexto e último estágio, proposto por Carter e McGoldrick (1989/1995), é a família no estágio tardio da vida, ou seja, a etapa em que os genitores ficam idosos ou chegam ao que é cotidianamente denominado *terceira idade*. A tarefa básica é a aceitação da mudança nos papéis geracionais, isto é, aqueles que an-

tes eram filhos passam a ser genitores; aqueles que antes eram genitores passam a ser avós, com o nascimento dos netos exigindo uma adaptação ao novo papel familiar e à consciência do envelhecimento. O principal problema dessa fase consiste em lidar com questões próprias da idade madura, como a aposentadoria, um casamento, muitas vezes, desequilibrado e disfuncional, e o falecimento de entes queridos.

Apesar de a proposta de Carter e McGoldrick (1989/1995) não incluir características próprias das formas alternativas de família, como estruturas monoparentais e famílias recasadas, e também as especificidades dos diferentes contextos sócio-histórico-culturais, ela ilustra a interconexão entre o desenvolvimento do grupo familiar e o desenvolvimento do indivíduo. É durante os períodos de mudança no desenvolvimento dos indivíduos que novas necessidades e demandas têm que ser integradas no estilo e no conjunto de regras da família, ocorrendo, então, transformações em todo o grupo familiar (Kreppner, 2002). A descrição de estágios do ciclo de vida familiar nos aproxima de realidades importantes do processo de desenvolvimento familiar, definindo características próprias de cada período e elucidando as tarefas de desenvolvimento, tanto da família como de seus membros em particular, além de enfatizar os problemas próprios de cada fase. Mas, afinal, o que constitui uma família? Que conceito (ou conceitos) de família adotar, considerando que a família é um sistema complexo, em constante desenvolvimento, em um contexto também em desenvolvimento?

O que é família?

O termo família, do ponto de vista científico, é extremamente difícil de definir, particularmente nos tempos pós-modernos. A idéia de pós-modernidade, caracterizada pelo rompimento com visões universalistas e pela busca da descentralização de modelos predefinidos (Vaitsman, 1994), tem caracterizado a ciência, de modo geral, e, conseqüentemente, a psicologia da família. Essa idéia teve implicações importantes para o conceito e a

caracterização de família, em diferentes enfoques disciplinares.

Família: uma visão sociológica

Por muito tempo, a família conjugal moderna predominou como modelo aceito socialmente; entretanto, a participação e a inserção da mulher nas diferentes esferas sociais e sua constituição como indivíduo abalaram o patriarcalismo e, conseqüentemente, a “família tradicional nuclear” (Singly, 2000; Torres, 2000). O modelo tradicional é entendido como um grupo composto por pai, mãe e filhos naturais desta união, com papéis de gênero claramente definidos, ou seja, o pai ocupa a função do provedor material da família e a mãe, a de responsável pelas tarefas domésticas e pelo cuidado dos filhos. As mudanças no papel feminino geraram uma maior flexibilização das relações, provocando instabilidade e volatilidade nas relações íntimas e uma constante reformulação de projetos individuais e grupais.

A família tradicional nuclear está, de acordo com Petzold (1996), decrescendo nas últimas décadas porque os critérios que a definem são restritos, isto é: (a) as leis e restrições legais tratam a família e o casamento de maneira rígida; (b) a abordagem genealógica restringe os laços familiares às linhas de parentesco e ancestralidade; (c) a perspectiva biológica associa a idéia de família à de parentes, em função dos laços de consangüinidade, e (d) as estatísticas governamentais definem, em geral, a família com base na divisão da mesma residência e na presença de filhos em comum.

Esses pressupostos definidores da família tradicional estão sendo ultrapassados, à medida que os padrões de mudança na vida familiar moderna colocam a família nuclear, ou “casais de genitores casados ou solteiros vivendo com seus filhos solteiros em uma mesma casa” (Petzold, 1996, p. 29), em um espaço secundário. Embora esse modelo de família ainda seja o tipo mais encontrado nas sociedades ocidentais, diversas outras formas têm surgido e diferentes padrões de institucionalização de relações afetivas e sexuais passaram a coexistir de forma legítima, havendo, hoje, uma

pluralidade de tipos de casamento e formas alternativas de família (Trost, 1995). Algumas dessas formas são genuinamente novas, como famílias de homossexuais ou com filhos concebidos por meio de inseminação artificial, enquanto outras sempre existiram, mas só receberam uma denominação recentemente, como no caso das *famílias reconstituídas* (Stratton, 2003).

Todas as formas de família, independentemente da época de seu surgimento, requerem investigações mais sistemáticas, pois quase nada sabemos a respeito de sua funcionalidade e implicações para o desenvolvimento da criança. Por exemplo, o que significa crescer em um lar com apenas um genitor? No passado, a existência de famílias constituídas por apenas um genitor decorria, geralmente, da morte do pai, enquanto hoje a maioria delas é resultante de divórcio. O divórcio, por sua vez, introduziu novos componentes no funcionamento das famílias, cujas conseqüências e implicações para o desenvolvimento de crianças e adolescentes não são, ainda, conclusivas (Amato, 1995; Erel e Burman, 1995; Kier et al., 2000; Olson e Haynes, 1993). Segundo Stratton (2003), essa área de investigação é complexa, uma vez que as *famílias divorciadas* ou que optaram por ter filhos sem um companheiro (*genitor solteiro*) enfrentam problemas que estão associados a desvantagens econômicas, exigindo do pai ou da mãe um consumo de energia e tempo muito maior, não só no trabalho, a fim de aumentar a renda familiar, como em casa, no que tange às atividades domésticas. Em outras palavras, o genitor tem pouco tempo para estar com a(s) criança(s), além do estresse e do cansaço provenientes dessa situação peculiar, o que pode prejudicar a qualidade das relações parentais.

As *famílias reconstituídas*, por sua vez, “requerem considerável ajustamento por parte de todos os seus membros e as dificuldades podem continuar por muitos anos após a inserção do padrasto ou da madrasta na família” (Stratton, 2003, p. 346). Nesse caso, as crianças têm que se adaptar à diminuição do tempo despendido com seu pai/mãe e às mudanças na rotina da casa, enfrentando o conflito que surge freqüentemente entre a “lealdade” com

o pai/mãe biológico(a) e a formação de uma relação mais íntima com o padrasto/madrasta.

O que dizer, então, de famílias que decidem não ter filhos? Conforme argumenta Stratton (2003), as sociedades contemporâneas estão mudando, particularmente no que se refere ao mito que o natural e desejável para um adulto é estar casado e ter filhos, ou que, estando casado, a única razão para não ter filhos é a infertilidade. Esta é uma outra área de investigação bastante promissora, sobretudo para a definição de família na contemporaneidade e para as teorias do desenvolvimento humano. Por exemplo, quais as implicações, para o desenvolvimento adulto, de não se ter contato com seus próprios filhos? Estas e outras questões precisam ser respondidas do ponto de vista empírico, sob a perspectiva do ciclo de vida.

Quais os efeitos das novas formas de concepção propiciadas pelos avanços da tecnologia no funcionamento das famílias? Novamente, encontramos um campo vasto de investigação a ser desbravado por pesquisadores do desenvolvimento familiar. Trata-se de um campo recente, uma vez que novas estratégias de concepção, como inseminação artificial e reimplante de ovos fertilizados, ainda são raras nos dias de hoje. De acordo com Stratton (2003),

qualquer especulação, no presente, precisa levar em consideração as reflexões que ocorrerão à medida que a reprodução assistida se tornar mais comum e as novas gerações não mais perceberem que isto viola as suas concepções acerca da formação de família. (p. 347)

Gostaríamos, ainda, de chamar a atenção para três outras formas de família que vêm aumentando nas sociedades ocidentais modernas: a *poligamia*, as *famílias extensas* e as famílias denominadas *multigeracionais*. Com relação à primeira, apesar de ilegal, constitui uma estrutura familiar cuja existência não podemos negar, particularmente no Brasil, onde os homens constituem nova família, mantendo esposa e filhos de um casamento legal. Outros arranjos similares, nos quais casais casados legalmente toleram relações estabelecidas fora do casamento por seu cônjuge, merecem a nos-

sa atenção enquanto pesquisadores do desenvolvimento do indivíduo e da família, apesar do *pacto* existente nas famílias e nas sociedades, em geral, de negar tais arranjos.

Embora a *família extensa* seja comum em muitas culturas, o compartilhamento do mesmo espaço, nas sociedades ocidentais, ocorre mais por razões práticas do que por concepção cultural (Stratton, 2003). De acordo com este autor, a razão principal é econômica e, por isso, encontramos famílias extensas mais freqüentemente em grupos com rendimento familiar insuficiente. Nesse caso, a inclusão de parentes e, mesmo, de pessoas que não têm laços de consangüinidade traz muitas vantagens, uma vez que há um aumento das fontes de renda e o compartilhamento dos problemas e dos cuidados com as crianças. Finalmente, as *famílias multigeracionais*, cujo convívio familiar ocorre entre quatro ou até mais gerações, surgiram a partir da melhoria da qualidade de vida, fator responsável pelo prolongamento dos anos de vida da população, em sociedades ocidentais. Conforme apontado por Stratton, esse convívio entre gerações tem sido muito freqüente em famílias com adolescentes grávidas ou que os genitores trabalham fora, com os avós assumindo os papéis de mãe e pai. O convívio entre diferentes gerações propicia relações mais enriquecedoras para todos os membros, mas pode também se tornar um risco, à medida que a complexidade de papéis, responsabilidades e identidades se confundem entre si.

É interessante ressaltar que o aumento dessas formas de família influencia o conceito (ou a representação social) que as pessoas têm de família, cujas implicações se refletem na prática da pesquisa, pois os dados que coletamos dependem não só da concepção de família que a nossa amostra possui, mas, sobretudo, do tipo de método que usamos para identificar o conceito de família (Hodkin et al., 1996). Essa diversidade de formas de famílias traz, também, outras implicações para a pesquisa e deveríamos ser capazes de produzir conhecimento que fosse útil no sentido de clarificar como as novas formas de família irão funcionar. Isso propiciaria a implementação de ações educativas, visando dar suporte aos vá-

rios tipos de famílias, além de favorecer a formulação de questões de pesquisa mais relevantes. Para que isso ocorra, necessitamos explicitar o conceito científico de família que estamos adotando em nossos projetos.

A definição ecopsicológica de família

As abordagens contemporâneas no estudo da família têm definido seu objeto com base nas seguintes premissas: (a) a definição de família deve estar baseada na opinião de seus membros, considerando a afetividade e a proximidade com os entes queridos como critério para a composição de família e (b) diversos são os tipos e as possibilidades de família no contexto atual, não se restringindo a uma única forma. Arranjos familiares, como pessoas solteiras vivendo sozinhas; cônjuges não-casados, que habitam a mesma casa; casamento *experimental* ou convivência temporária antes da tomada de decisão de oficializar o casamento; casais homossexuais; famílias recasadas; cônjuges que moram em casas separadas e pessoas que vivem com parentes que exigem cuidados, são construções de vida familiar baseadas, principalmente, nos sentimentos nutridos pelos envolvidos. Petzold (1996) sintetiza esses diferentes arranjos, agrupando-os na proposição de um conceito abrangente de família, por ele denominado *definição ecopsicológica*.

Segundo esse autor (Petzold, 1996), "uma família é um grupo social especial, caracterizado por relações íntimas e intergeracionais entre seus membros. Variáveis como 'continuidade ao longo da vida', 'relacionamento heterossexual', 'dividir a mesma casa', não são parte, por si só, de nossa definição de família" (p. 39). Isso significa que alguns critérios, como um relacionamento heterossexual e vitalicidade, não podem mais constituir condição *sine qua non* para definir família. Zamberlan e colaboradores (1997) apresentam uma concepção semelhante no que tange à ênfase nas relações interpessoais. Segundo elas, a família é um grupo mantido pelo parentesco e pelas relações interpessoais entre os seus membros, que são sustentadas por afeição, apoio, partilha de

tarefas domésticas, cuidados com a prole e cooperação mútua em várias outras atividades.

De acordo com a concepção ecopsicológica, familiares são aqueles com os quais mantemos um vínculo baseado na intimidade e nas relações intergeracionais. Essa visão incorpora variáveis externas e características das relações entre os cônjuges, entre genitores e filhos e entre estes e outras pessoas que podem fazer parte da família. Essa visão incorpora também aspectos próprios dos cinco sistemas ecológicos: o macro, o exo, o meso, o micro e o cronossistema.² Para Petzold (1996), em cada um desses sistemas existem variáveis que influenciam a formação e a caracterização da família.

Na perspectiva do macrosistema, que envolve aspectos socioculturais mais amplos, há quatro grupos de fatores que podem influenciar a caracterização de uma família: se os casais são ou não legalmente casados, se o arranjo de seus relacionamentos é vitalício ou temporário, se os rendimentos e ganhos de cada um dos cônjuges são compartilhados ou separados e se eles habitam uma mesma residência ou têm moradias separadas. No exossistema, que envolve contextos e redes sociais específicos, a influência é verificada pelo tipo de relação estabelecida entre os membros familiares, isto é, se a relação ocorre com base nos laços sanguíneos ou no casamento, se os membros são auto-suficientes ou dependentes de cuidado, se são economicamente dependentes ou independentes e se compartilham ou não uma mesma cultura. O mesossistema envolve três variáveis: a presença ou ausência de filhos, o fato de os filhos serem naturais ou adotivos e o tipo de relação parental, ou seja, se a figura parental é biológica ou não. Por fim, três são os possíveis aspectos que compõem o microsistema, definido do ponto de vista da relação diádica estabelecida entre os genitores: se o estilo de vida é compartilhado ou separado, se a relação estabelecida é hetero ou homossexual

² A definição proposta por Petzold (1996) é baseada na teoria dos sistemas ecológicos. Para uma melhor compreensão do conceito de sistemas ecológicos, ver o Capítulo 4 deste livro.

e se o padrão de interação é igualitário ou dominante-subordinado.

Pela proposta de Petzold (1996), a combinação dessas 14 variáveis que compõem os cinco sistemas ecológicos produziria, pelo menos, 196 tipos diferentes de famílias, do ponto de vista teórico. Não podemos negar que, nas sociedades contemporâneas, há uma pluralidade de tipos de família e, portanto, a definição ecopsicológica de Petzold inclui a maior parte de tipos de famílias existentes na atualidade, sem produzir preconceito ou exclusão em relação a este ou àquele tipo de família. No entanto, a sua definição é teórica e, apesar de ressaltar critérios de intimidade e intergeracionalidade na constituição de família, estes não são devidamente enfatizados ou considerados do ponto de vista empírico.

Grande tem sido a contribuição da teoria dos sistemas para a compreensão que se tem do conceito de família e de seu funcionamento. Dentre as contribuições, Petzold (1996) ressalta a orientação científica da teoria sistêmica no que tange aos inúmeros processos regulatórios internos e externos à família, considerando: (a) o ponto de vista ecológico; (b) a perspectiva analítica, que focaliza as relações entre gerações, e (c) a visão construtivista, que solidifica a idéia de que a família não é um objeto natural, mas uma idéia, um conceito vivenciado e compartilhado pelas pessoas. Segundo Kreppner (2003), durante as décadas de 1940 e 1950,

novos conceitos baseados na teoria dos sistemas, na cibernética e na teoria da informação, em combinação com velhas abordagens, como a teoria psicanalítica, formou uma perspectiva inteiramente nova sobre a complexidade e a reciprocidade do comportamento humano e seu desenvolvimento dentro da rede de relações e da cultura da comunicação dentro da família. (p. 202)

Para este autor (Kreppner, 2000, 2003), a família é definida por um tipo especial de relação, isto é, as relações intergeracionais entre, pelo menos, um pai ou uma mãe e seu filho. Portanto, para ele, a família é constituída pelas relações e pela transmissão de padrões

de uma geração para outra. A próxima seção focaliza a importância de adotarmos uma visão sistêmica que integre família, desenvolvimento individual e cultura para compreendermos não só o processo de desenvolvimento humano, mas o conceito de família na perspectiva do desenvolvimento, isto é, das interações e relações mantidas entre os diferentes membros de uma família.

FAMÍLIA, CULTURA E DESENVOLVIMENTO HUMANO: UMA INTEGRAÇÃO INEVITÁVEL

A família constitui um contexto em desenvolvimento, que promove a evolução dos indivíduos, sendo considerada um nicho ecológico primário para a promoção da sobrevivência e da socialização da criança, transmitindo significado social à vida de seus membros (Kreppner, 1992, 2000). Por ser a família um contexto primário de desenvolvimento, o ciclo de vida do indivíduo se insere no próprio ciclo de vida familiar.

Família e cultura: promovendo o desenvolvimento humano

A concepção dominante, por muito tempo, no âmbito das ciências que estudam a família, restringia o seu papel à transmissão de genes, dando pouca ou quase nenhuma importância para sua função de construção do conhecimento intergeracional. Kreppner (2000) propõe, então, a redefinição da família, priorizando não só o seu importante papel na proteção do funcionamento biológico e na sobrevivência humana, mas também na manutenção e na transmissão de valores, tradições e significados culturais.

De acordo com esta concepção, os membros de determinadas famílias e culturas precisam constantemente se adaptar às demandas e tarefas propostas pelos contextos nos quais estão inseridos (Kreppner, 2000, 2003), uma vez que cada família possui seus próprios padrões de comunicação, que, por sua vez, in-

fluenciam as experiências de seus membros (Burgess, 1926). Segundo Kreppner (2003), esses padrões de comunicação são construídos nas relações estabelecidas pelos indivíduos no contexto da família, com base em um determinado clima emocional associado a eles. Dessa forma,

cada família e sua forma particular de manter a motivação e o significado entre seus membros pode ser interpretada como representando uma "cultura" particular, um tipo de unidade que produz modos peculiares para se comunicar com o mundo externo e para avaliar experiências. (Kreppner, 2000, p. 13)

Essa *cultura familiar* ou *cultura das relações familiares* é entendida como "um conjunto de regras tradicionais, implícitas e explícitas, valores, ações e ambientes materiais que são transmitidos pela linguagem, pelos símbolos e comportamentos, por um grupo de pessoas que interage de forma duradoura" (Saami et al., conforme citado por Kreppner, 2003, p. 208). Assim, a troca entre a criança e seu mundo externo vai formando o que Kreppner (2000, 2003) denomina *ambiente proximal* da criança, o que definirá, futuramente, seus relacionamentos e proverá um fundamento essencial para as suas possibilidades de explorar o mundo e construir significado. Portanto, já nos primeiros meses de vida, a criança engaja-se em diversas interações peculiares com os membros familiares, o que possibilita o estabelecimento e a manutenção de uma relação entre eles.

A família funciona, então, como mediadora desse processo, tanto promovendo uma cultura específica de comunicação e um clima emocional particular, como oferecendo suporte ou, mesmo, impedindo o desenvolvimento de várias habilidades infantis. Em síntese, a potencialidade para promover ou não um ambiente apropriado para o desenvolvimento e a adaptação dos membros familiares pode ser creditada à qualidade das relações estabelecidas entre eles. Mas o que entendemos por interações e relações? São esses conceitos importantes para a compreensão dos processos de desenvolvimento familiar?

Interações e relações: a base para a compreensão da dinâmica familiar

As interações e as relações desenvolvidas entre os membros da família, bem como os padrões de comunicação estabelecidos entre eles nos diferentes subsistemas familiares, constituem as unidades mínimas de análise no estudo dos processos familiares. Mais do que comportamentos isolados, o que interessa no estudo desse sistema são as interações estabelecidas entre seus membros, entre os seus subsistemas e entre estes e o contexto sócio-histórico-cultural.

Os conceitos de interação e relação social desenvolvidos por Hinde (1979, 1997) têm se mostrado adequados ao estudo da dinâmica das relações familiares, conforme enfatizado por Dessen (1994, 1997) e Dessen e Lewis (1998). Segundo Hinde, a interação pode ser compreendida como incidentes ou episódios entre, no mínimo, duas pessoas. Nesses episódios, uma pessoa emite determinado comportamento em direção à outra pessoa e esta, por sua vez, emite uma resposta, formando cadeias de comportamentos que caracterizam o fluxo da interação. Uma interação envolve também uma série de outros aspectos como objetivos, duração, significados, expectativas. Os indivíduos em interação estão em uma troca mútua constante, monitorando um ao outro, o que implica o surgimento de respostas emocionais e interpretações cognitivas, as quais afetam a continuidade ou não dessas interações e o comportamento futuro desses indivíduos.

Uma relação é composta por interações já estabelecidas entre, no mínimo, duas pessoas, envolvendo, portanto, uma história passada que influencia as interações presentes e futuras (Berscheid e Reis, 1998; Hinde, 1979, 1997). As relações incluem trocas verbais e não-verbais entre as pessoas, ao longo de determinado período de tempo, constituindo um potencial para o estabelecimento de interações futuras. Em uma relação social, as interações entre os participantes têm um efeito cumulativo; os indivíduos não precisam estar continuamente em interação para que sua relação seja mantida. Mesmo em períodos em que os indi-

interação

relação

vídus não têm contato, as interações passadas exercem influência e auxiliam a dar continuidade à relação, o que não acontece em interações com pessoas estranhas. Portanto, interações totalmente independentes umas das outras, mesmo que em seqüência, não caracterizam uma relação; o que essencialmente a define é a influência de uma interação sobre as outras.

Em síntese, uma interação envolve um ciclo de tempo estritamente limitado e uma relação envolve passado, presente e futuro. As trajetórias de uma relação dependem, sobretudo, das características individuais dos participantes, das influências sociais ou de outras díades na relação, dos processos cognitivos de dissonância e atribuição entre os membros da díade, dentre outros fatores. Os conceitos de interação e relação social constituem a base para as investigações empíricas sobre o funcionamento das famílias. Nesse contexto, os participantes se restringem aos membros familiares que compõem díades, tríades e tétrades na família. Os padrões familiares que se estabelecem entre eles dependem das trajetórias de desenvolvimento de cada indivíduo e do grupo familiar. A conexão existente entre o desenvolvimento do indivíduo e da família é facilmente compreendida a partir dos estágios do ciclo de vida familiar, conforme descrito anteriormente neste capítulo. E a noção de ciclo de vida familiar traz, inerente a ela, a importância das gerações mais velhas na transmissão de valores e crenças, contribuindo para a formação da *cultura das relações familiares*.

A família em uma perspectiva intergeracional

Pensar em desenvolvimento humano significa pensar no estabelecimento de relações que o indivíduo mantém com seus contextos proximais – isto é, a família, o local de trabalho ou estudo, sua comunidade – e com os contextos distais – como os valores, as crenças, a cultura. Para Kreppner (2000), a transmissão de conhecimento acumulado de uma geração a outra é uma idéia central para a compreensão do conceito de ciclo de desenvolvimento cul-

tural, o que reflete a clara inter-relação entre desenvolvimento, família e cultura. A noção de família que percebe o homem como ser relacional, habilitado para acumular conhecimento ao longo das gerações e capaz de estabelecer padrões comuns de valores, crenças e normas, ou seja, de criar e recriar a cultura, é, portanto, essencial.

O sistema familiar e os relacionamentos estabelecidos entre os membros de uma família sofrem modificações ao longo do processo de desenvolvimento familiar e individual. Portanto, uma compreensão mais aprofundada da dinâmica e do funcionamento desse sistema requer considerar, ao menos, três gerações (os avós, os genitores e os filhos) e suas respectivas experiências quanto às transições do ciclo de vida familiar (Carter e McGoldrick, 1989/1995). A socialização da criança e a possibilidade de agregar conhecimento fazem parte da trajetória das diferentes gerações (Kreppner, 2000). Embora haja uma forte influência das gerações mais velhas nas gerações mais novas, a criança é entendida como participante ativo, pois, desde muito cedo, mantém trocas de significados nas relações que estabelece com seus genitores, avós e demais pessoas. E, nessa troca com seus familiares e com outras pessoas, exerce influência na construção do conhecimento intergeracional e na transmissão de significado e cultura no contexto da família.

As transições de um estágio para outro, no ciclo de vida familiar, por sua vez, têm um efeito continuado sobre o desenvolvimento da família, influenciando os membros das diferentes gerações. Esse processo transmite padrões de funcionamento e relacionamento entre seus membros e acarreta estresse e ansiedade próprios desta experiência e do momento vivido no contexto sócio-histórico-cultural. Compreender este processo de transmissão de padrões em um contexto complexo de integração entre família, cultura e desenvolvimento humano constitui um desafio que requer, sobretudo, testar novas alternativas metodológicas de investigação. A próxima seção apresenta as tendências atuais e os desafios metodológicos encontrados quando se adota uma perspectiva do desenvolvimento humano na pesquisa sobre família.

O ESTUDO DA FAMÍLIA NA PERSPECTIVA DO DESENVOLVIMENTO

Primeiramente, apresentamos algumas tendências metodológicas que consideramos relevantes e que, se forem incorporadas aos planejamentos de pesquisa, trarão contribuições inovadoras para a compreensão da família e seu funcionamento. Em seguida, apresentamos, resumidamente, como a metodologia usada por Kreppner (2002) tem contribuído para o avanço do conhecimento sobre os processos de comunicação na família.

Tendências atuais: o que é relevante considerar?

As pesquisas sobre desenvolvimento e suas interligações com a família têm sugerido um aumento do número de estudos que privilegiem as interações, em vez de aspectos individuais do comportamento, e que busquem compreender a influência mútua não apenas entre os membros familiares que compõem uma díade, mas também entre os que compõem as tríades, tétrades, etc. (Dessen, 1997; Kreppner, 1995, 2000, 2003). As últimas décadas têm registrado uma mudança no foco de interesse nas pesquisas sobre família, passando de uma visão macrosociológica para uma análise de processos microrregulatórios (Kreppner, 2002). Segundo esse autor, é necessário estudar tanto a estrutura quanto a dinâmica familiar, considerando toda a rede de relações, que consiste de constelações complexas de díades, tríades e combinações de ordem superior de membros da família.

O aumento do interesse pela relação pai-criança (Dessen e Lewis, 1998; Lewis e Dessen, 1999) é decorrente, em parte, dessa mudança de foco de análise. Ao longo de muitos anos, os estudiosos da área de desenvolvimento enfocaram, principalmente, a relação mãe-criança. Com as descobertas da influência da relação conjugal no desenvolvimento infantil, nas décadas de 1970 e 1980 (Belsky, 1981, 1984), o panorama da pesquisa sobre infância

começou a mudar. Os estudos de Belsky, por exemplo, mostraram diferenças nas interações estabelecidas entre um dos genitores e a criança, quando sozinhos e quando o casal e a criança estavam juntos, o que estimulou a inclusão da análise das relações pai-criança. Entretanto, cabe ressaltar que, ainda hoje, há uma prevalência de estudos que focalizam somente a interação mãe-criança, conforme enfatizado por Dessen e Lewis.

O subsistema conjugal constitui fator preponderante de investigação na atualidade, havendo consenso entre os pesquisadores quanto ao pressuposto de que a relação marital exerce um papel importante no desenvolvimento da criança, especialmente nos primeiros anos da infância (Erel e Burman, 1995; Kreppner, 2000, 2003). De acordo com Kreppner, a influência da relação conjugal no desenvolvimento dos filhos ocorre, principalmente, por meio da qualidade da comunicação estabelecida entre os cônjuges. Esta comunicação influencia direta ou indiretamente as trocas comunicativas com os filhos, nas mais diversas situações familiares. Os padrões de comunicação conjugal e parental desenvolvidos em uma determinada família servem, então, de modelo para os filhos, que tendem a reproduzi-los na formação de um novo ciclo familiar.

A metanálise de Erel e Burman (1995) mostra evidências contundentes da influência da relação marital no bem-estar da criança e sugere que a satisfação marital é preditor de uma boa saúde física e emocional dos filhos, enquanto as tensões na relação conjugal produzem um mau funcionamento na relação genitores-criança. Kreppner (2000) também ressalta o impacto da qualidade da relação marital no desenvolvimento adolescente e vice-versa, durante a transição normativa da infância para a adolescência. Segundo esse autor, o momento de transição para a adolescência traz consigo a expectativa de mudanças nos padrões de comunicação familiares, pois contrapõe o indivíduo com a necessidade de auto-afirmação e de desenvolvimento de um novo senso de si mesmo.

Outro aspecto relevante a ser considerado, e que há muito se dá a devida importância

do ponto de vista teórico, é o papel de fatores contextuais na constituição de valores, crenças e práticas parentais, priorizando a complexa relação entre os fatores socioeconômico-políticos e histórico-culturais. Há necessidade de continuar investigando a influência de alguns desses fatores no processo de desenvolvimento, usando delineamentos de pesquisa apropriados para investigação da complexa rede de relações entre diferentes subsistemas, conforme proposto por Bronfenbrenner (1979/1996, 1999). Por exemplo, a classe social e o nível educacional dos indivíduos colaboram na construção dos valores e crenças parentais que, por sua vez, têm um impacto positivo ou negativo nas práticas dos genitores em relação aos seus filhos (Luster, Rhoades e Haas, 1989; Sigel, McGillicuddy-DeLisi e Goodnow, 1992; Tudge et al., 2000; Tudge et al., 1999). Assim, as grandes mudanças ocorridas nos últimos anos, nas sociedades contemporâneas e, conseqüentemente, nas relações genitores-crianças (Dessen e Torres, 2002), por si só, justificam a continuidade da análise de tais construtos.

Em síntese, os últimos anos têm registrado um aumento crescente da ênfase no papel da família, até mesmo em estágios iniciais do ciclo de desenvolvimento humano, e na bidirecionalidade das influências genitores-criança. O foco de interesse vai além das díades mãe-criança e pai-criança, incluindo o funcionamento da família como um todo, em que as relações estabelecidas entre os cônjuges são consideradas tanto do ponto de vista das relações maritais quanto parentais. Os estudos sobre a dinâmica familiar devem levar em consideração a inevitável inter-relação existente entre o desenvolvimento do indivíduo e da família, as peculiaridades dos diferentes subsistemas dentro da família, os padrões de relação típicos de cada fase do desenvolvimento do indivíduo e do grupo familiar e a inserção da família em um determinado contexto sócio-histórico-cultural.

Portanto, um enfoque de pesquisa que priorize a interconexão entre família, cultura e desenvolvimento possibilitará uma nova visão sobre a compreensão do desenvolvimento humano. Essa maneira de pesquisar, embora

ainda pouco adotada pelos pesquisadores, “tem contribuído para o surgimento de uma nova visão sobre as diferentes facetas do funcionamento familiar mais relacionada ao desenvolvimento” (Kreppner, 2002, p. 3). Tal abordagem, descrita na seção seguinte, implica focalizar os períodos de transição específicos do ciclo de vida familiar, na tentativa de descrever as tarefas de desenvolvimento da família.

Desafios metodológicos no estudo da inter-relação família e desenvolvimento: uma proposta para gerar dados

Desde o início da década de 1980, Kreppner vem adotando uma abordagem holística do funcionamento da família em suas pesquisas (1988, 1989, 1991, 1992, 1995, 2000, 2001, 2002), focalizando tanto os aspectos estruturais e dinâmicos da interação familiar quanto os componentes de adaptação, tais como o grau de flexibilidade das relações familiares e dos padrões de comunicação e as mudanças ao longo do tempo. Tais aspectos são investigados por meio de uma perspectiva longitudinal da família, durante períodos de transição acentuados no desenvolvimento, como a passagem da infância para a adolescência. A observação direta da comunicação entre cada genitor com cada uma de suas crianças é utilizada como técnica principal de coleta de dados, enquanto entrevistas e questionários fornecem informações complementares.

Adotar uma perspectiva do desenvolvimento da família implica focalizar a rede complexa de relações entre os diferentes membros da família. Com essa perspectiva em mente, Kreppner (2002), em seu estudo sobre as *Relações genitores-filhos: as dinâmicas de comunicações em famílias durante transições dos filhos para a adolescência*, descreveu as mudanças nos estilos de comunicação entre genitores-filhos, durante as transições do primeiro filho para a adolescência. A amostra era composta por 67 famílias de classe média, residentes em Berlim, sendo 47 delas constituídas pelo casal e 20 apenas por um genitor. A coleta de dados foi iniciada quando o primeiro filho (C1) tinha 11

anos e 6 meses de idade e o segundo (C2) era dois anos mais jovem.

As famílias foram acompanhadas por um período de três anos e seis meses, com visitas semestrais, perfazendo um total de oito períodos de coleta de dados. As observações foram realizadas em situações estruturadas, tanto diádicas (M-C1, P-C1, M-C2, P-C2, M-P, C1-C2) quanto triádicas (M-P-C1 e M-P-C2), e consistiam de discussões, cujo tema central, impresso em cartão-estímulo, era fornecido pelo pesquisador. Um dos membros da família lia o conteúdo impresso nos cartões, por exemplo, "alguém na família não limpa o seu quarto como deveria" ou "nós estamos planejando fazer uma excursão juntos, na próxima semana" (p. 8-9), e, em seguida, os participantes discutiam, por dois minutos consecutivos, o conteúdo de cada cartão. As discussões eram registradas em vídeo e, depois, transcritas por observadores independentes, de acordo com um sistema de categorias desenvolvido para analisar modos verbais e não-verbais de comunicação em díades (Kreppner e Ullrich, 1996) e tríades (Kreppner et al., 2002), separadamente. Além das observações, os adolescentes avaliaram a qualidade da relação com seus genitores e vários aspectos da auto-estima, a cada seis meses, por meio de escalas.

Tal planejamento foi elaborado por Kreppner (2002) para responder questões de desenvolvimento tais como:

1. Os genitores lidam com as demandas e novas capacidades do primogênito ao mesmo tempo em que mantêm o estilo de comunicação com o segundo filho? Em outras palavras, "como os genitores interagem com a segunda criança, quando eles mesmos estão enfrentando um processo de adaptação com a passagem do primogênito para a adolescência?" (p. 6)
2. "As adaptações são necessárias nas transições do desenvolvimento de cada criança ou as transições de desenvolvimento do primeiro filho interrompem padrões estabelecidos e o segundo filho tira proveito das adap-

tações pioneiras ocorridas com o irmão mais velho?" (p. 6)

3. "As crianças primogênicas experienciam cenários de comunicação genitores-criança que são similares ou diferentes daqueles experienciados pelas crianças que ocupam o segundo lugar na ordem de nascimento?" (p. 6)

Esses são apenas exemplos de algumas questões que podem ser formuladas quando adotamos uma perspectiva de pesquisa baseada no desenvolvimento do grupo familiar. Para responder questões como essas, é fundamental empregar um planejamento de pesquisa longitudinal – que englobe, no mínimo, o período completo de transição focalizado no estudo em questão – e também incluir toda a família na coleta de dados, usando uma abordagem multimetodológica. Adotar um planejamento tal qual vem sendo proposto por Kreppner (1989, 1991, 1992, 1995, 2000, 2001, 2002) significa, sobretudo, efetuar análises de diferenças nos padrões de comunicação dos subsistemas genitores-filhos, marido-esposa e irmão-irmão, levando em consideração que os padrões de comunicação diferem em díades e tríades. Portanto, para que possamos, de fato, compreender os padrões de comunicação no contexto da família, precisamos desenvolver sistemas de categorias para análise de dados que sejam apropriados e independentes para capturar os padrões de relação que sejam pertinentes aos subsistemas diádicos e triádicos (para detalhes, ver Kreppner, 2001).

O foco de interesse na análise dos resultados de uma pesquisa implementada de acordo com esta abordagem recai, sobretudo, nas mudanças ocorridas no tempo, isto é, na comparação das medidas entre os diferentes períodos de coleta de dados, assim como nas variações de frequência das dimensões ou aspectos selecionados para análise. Por exemplo, no estudo de Kreppner (2002), a análise de dados revelou mudanças na comunicação geral dos genitores com seu primeiro filho ao longo do tempo. Os estilos de comunicação parental como *ensinar* ou *dar atenção* decresceram durante o período de três anos e meio nas situa-

questões

ções diádicas M-C e P-C, enquanto as frequências de comportamentos como *negociação* aumentaram. Comparações entre as dimensões de qualidade das relações e os estilos de comunicação desenvolvidos por pais e mães com seus filhos mostraram que a comunicação do pai com sua filha, mais do que com o filho, é caracterizada pelo estilo de *ensinar*, embora, em termos de *auto-revelação*, os pais se revelem menos para as filhas que para os filhos. Além disso, os pais exibem um grau de tensão maior quando discutem com suas filhas do que quando discutem com seus filhos.

As comparações diádicas e triádicas, por sua vez, fornecem outro tipo de informação. Por exemplo, ao comparar díades genitor-1º filho e genitor-2º filho, os dados revelaram que a *intimidade* dos genitores, o investimento em *ensinar* princípios morais e as *trocas* visando à afirmação de autonomia são menos frequentes nas interações diádicas pai-2º filho. No entanto, quando comparações triádicas são efetuadas, informações específicas emergem por exemplo, os genitores se mostram mais *abertos e relaxados* e a comunicação é mais *reservada e restrita* com a 2ª criança. Kreppner (1995) e Kreppner e Ullrich (1998) mostram claramente que, durante a passagem para a adolescência, há um aumento nos estilos de comunicação que privilegiam a negociação e a afirmação da posição do primeiro filho enquanto sujeito. Eles também observaram mudanças nas trocas comunicativas entre o casal na ausência do filho adolescente – particularmente, um aumento no grau de tensão durante as discussões – e que diferentes padrões de comunicação e divergências quanto à flexibilidade para se adaptar às demandas de autonomia e comunicação adulta de seus filhos emergem nas famílias.

Em síntese, adotando uma abordagem de pesquisa, como a apresentada aqui, podemos descrever não só o processo de desenvolvimento da adaptação familiar e, conseqüentemente, como todos os membros da família são influenciados e influenciam o desenvolvimento de cada um, como também a influência das transições na dinâmica das relações familiares. É interessante notar que Kreppner e Lerner (1989), no capítulo introdutório de seu livro

intitulado *Family systems and life-span development*, apontavam que uma das tarefas mais difíceis no estudo das interações familiares seria “encontrar um nível apropriado de análise empírica para descrever a inter-relação entre o desenvolvimento da família e do indivíduo” (p. 11), desafio assumido pelo próprio Kreppner e descrito, resumidamente, por nós neste capítulo. Acreditamos que este procedimento nos conduzirá na direção de descobertas inovadoras no que tange ao funcionamento das famílias que, por sua vez, desencadearão novas alternativas de pesquisa.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A família e as relações que os membros familiares mantêm entre si não podem mais ser analisadas hoje sem levar em consideração a sua integração ao contexto sócio-histórico-cultural. Assim, finalizamos este capítulo com alguns comentários a respeito das transformações ocorridas na família ao longo das últimas décadas, que geraram mudanças no próprio conceito de família, contribuindo para a sua construção teórica enquanto sistema complexo, conforme discutido nas seções anteriores. Em seguida, apresentamos nossas principais conclusões, ressaltando a importância de estudar as relações familiares para a compreensão do processo de desenvolvimento humano.

As transformações ocorridas na família ao longo dos tempos

As transformações sociais, econômicas e políticas ocorridas nas sociedades ocidentais, particularmente no último século, tiveram impacto na vida familiar, ampliando o entendimento da família como sistema complexo, incluindo não apenas a relação mãe-criança, mas também as demais relações estabelecidas pelos outros membros da família no estudo do desenvolvimento humano. A disseminação do individualismo (Vaitsman, 1994) e as intensas transformações no papel feminino enfraqueceram a relevância do modelo tradicio-

nal nuclear de família e provocaram outras mudanças, tanto no contexto brasileiro (Dessen e Torres, 2002; Gomes-da-Costa, 1998; Neder, 1998; Petrucelli, 1998; Ribeiro et al., 1998; Singly, 2000), como em outros países (Petzold, 1996; Trost, 1995).

As estatísticas mostram uma diminuição na taxa de casamentos, um aumento do número de divórcios e uma redução do número de filhos por família (Petrucelli, 1998; Petzold, 1996; Ribeiro et al., 1998; Trost, 1995). Esses autores defendem a posição de que a diminuição de casamentos não representa uma redução dos relacionamentos conjugais. Ao contrário, o aumento das uniões consensuais estáveis demonstra que os casais têm optado por viver juntos e estabelecer uniões íntimas sem, no entanto, realizarem o matrimônio por meio dos trâmites civil e religioso. Por outro lado, a diminuição do tamanho das famílias e do número de filhos parece ser mais um reflexo do aumento das taxas de divórcio e separação vivenciado por diferentes classes sociais, da inserção da mulher no mercado de trabalho, do surgimento da pílula anticoncepcional e das várias mudanças nos valores socioculturais.

Apesar das diversas mudanças ocorridas nas interações familiares e de um aumento da igualdade e do equilíbrio entre marido e mulher, ainda permanece a manutenção de padrões tradicionais de gênero no âmbito das famílias (Dessen e Braz, 2000). Em outras palavras, as interações mãe-filho baseiam-se em atividades relativas à criação e ao cuidado dos filhos, enquanto o pai continua desempenhando a função de prover o sustento material, embora venha compartilhando cada vez mais com as mães algumas tarefas relacionadas ao cuidado das crianças (Lewis e Dessen, 1999). As evidências mostram que as mulheres ainda são responsáveis pela grande maioria dos trabalhos domésticos e cuidados da criança, enquanto os homens participam apenas como ajudantes (Stratton, 2003).

A ambivalência da mulher em relação ao seu papel profissional e de mãe provocou não só mudanças nas relações maritais e parentais, como também propiciou uma maior valorização do papel dos avós e dos irmãos como agentes de cuidado e suporte social no contexto fa-

miliar (Dessen e Braz, 2000). Apesar da maior participação dos avós e dos pais na vida da família, as crianças estão cada vez mais chegando da escola e encontrando uma casa vazia e participando de arranjos complexos em que o transporte e os seus cuidados são compartilhados com outras famílias. Segundo Stratton (2003), esse estilo de vida tem acarretado mudanças também nos papéis da criança dentro da família, pois é exigido delas uma maior independência e o uso de suas competências técnicas, quer para preparar sua própria comida no microondas, manusear lavalouças ou preparar o seu café da manhã, quer para cuidar de suas próprias roupas e de seus quartos. Evidentemente, não estamos nos referindo aqui às famílias brasileiras pobres ou que vivem abaixo da linha da pobreza, as quais não dispõem de equipamentos domésticos e cuja dinâmica de relações é totalmente diferente de famílias de classe média (Dessen e Torres, 2002).

As modificações nas relações parentais têm sido acentuadas nas últimas décadas, particularmente quanto aos valores relativos à educação e ao processo de socialização dos filhos (Dessen, 1997; Kreppner, 1992; Zamberlan e Biasoli-Alves, 1997). As mudanças ocorreram, particularmente, nos hábitos de alimentação, decorrente do estilo de vida moderna, sobretudo das cidades urbanas de portes médio e grande. Stratton (2003) argumenta que, à medida que houve um aumento da disponibilidade e da variabilidade de alimentos, cada membro da família passou a comer de acordo com suas preferências, em diferentes horários, acarretando uma diminuição das refeições realizadas em conjunto. Essa mudança de hábito das famílias pode acarretar danos, uma vez que as refeições conjuntas constituem uma oportunidade para trocas de interação. Conforme ressaltado por Stratton, fazer as refeições em conjunto pode facilitar formas de interação positiva, enriquecer a experiência e expandir o repertório social da família.

Portanto, as transformações ocorridas nas sociedades industrializadas, principalmente a partir de meados do século XX, provocaram alterações na estrutura e na dinâmica das relações familiares, contribuindo efetivamente para

a concepção contemporânea de família. Essas transformações nos levam a questionar o conceito de família e as idéias de normalidade relacionadas a ela, a tentar compreendê-la como um sistema complexo, influenciado por múltiplos fatores e eventos internos e externos, que sofre variações em função dos contextos cultural, social e histórico.

Conclusões

O presente capítulo apresentou as inter-relações existentes entre o processo de desenvolvimento humano e a família. Considerando que esta vem sofrendo o impacto de diversas mudanças sócio-histórico-culturais nos últimos tempos, conceituá-la e/ou encontrar consenso sobre sua definição tornou-se uma tarefa difícil. No entanto, não podemos negar que "a família ainda continua sendo uma instituição forte e de influência, mas um pouco mais complexa e flexível do que as imagens do passado nos levariam a pensar" (Stratton, 2003, p. 337). De acordo com este autor, independentemente da diversidade de tipos de famílias que caracterizam as sociedades ocidentais contemporâneas, ainda prevalece enraizada a tendência em manter o compromisso e o suporte social e econômico entre os membros de uma família, visando fornecer uma infra-estrutura para o desenvolvimento de suas crianças.

A família é vista, hoje, como um contexto complexo promotor do desenvolvimento primário, da sobrevivência e da socialização da criança, além de ser um espaço de transmissão de cultura, significado social e conhecimento comum agregado ao longo das gerações. Como argumenta Kreppner (2000), família é um construto frágil que está em constante processo de adaptação e readaptação em função de eventos normativos e não-normativos próprios de seu desenvolvimento. Portanto, tanto a criança quanto os membros familiares são participantes ativos nas relações, sendo as influências exercidas entre eles mútuas e bidirecionais. Conseqüentemente, estudar o desenvolvimento familiar envolve, necessariamente, estudar os processos de comunicação e as interações e rela-

ções existentes entre os membros da família, levando em consideração a fundamental importância do contexto sócio-histórico-cultural.

Dada a importância das relações familiares para o entendimento do processo de desenvolvimento humano, chamamos a atenção dos pesquisadores para o estudo desta inter-relação. Em função de influências recebidas de diferentes campos do saber, como a sociologia, a psicologia e a antropologia, as tendências atuais têm focalizado construções teóricas e metodológicas mais complexas, que se contrapõem a uma visão reducionista dos fenômenos estudados.

Com base na complexidade do sistema familiar, Kreppner (2000) menciona alguns desafios a serem enfrentados pelos pesquisadores da área de desenvolvimento familiar:

1. Analisar as relações familiares do ponto de vista qualitativo e histórico, considerando a capacidade de adaptação e recuperação dos indivíduos e das famílias diante de situações de estresse.
2. Considerar não somente as trocas verbais, mas também aspectos da comunicação não-verbal existentes nas relações.
3. Avaliar o maior número possível de relações em uma família, ou seja, díades, tríades e outras.
4. Criar variáveis descritivas de características molares das relações, ao analisar a comunicação e as interações familiares.
5. Estabelecer recortes centrados nos momentos de transição.
6. Utilizar metodologias longitudinais e amostras mais representativas.
7. Considerar a família como contexto central de produção, manutenção e transmissão de significado e cultura.

Assim, se quisermos entender as inter-relações entre família, desenvolvimento e cultura, precisamos, conforme salienta Kreppner (2003): (a) direcionar o foco de análise não para as pessoas, individualmente, mas para as

relações; (b) compreender que a qualidade emocional da comunicação entre o cuidador e a criança é uma das bases para se estabelecer o funcionamento de uma relação e uma cultura de comunicação comum no seio de uma família e (c) ter em mente que a rede completa de relações de uma família deve ser focalizada, particularmente quando são investigadas influências contextuais nos estágios de desenvolvimento da criança.

Esperamos que esta década seja marcada por um crescente aumento do número de pesquisadores que utilizem diferentes tratamentos metodológicos, que priorizem os processos de desenvolvimento em situações naturais e que enfatizem, sobretudo, o equilíbrio entre procedimentos descritivos e explicativos. Acreditamos que estudar a família sob a perspectiva do desenvolvimento familiar constitui a rota mais promissora para compreender como as crianças aprendem sobre sua cultura e adquirem os seus valores e, conseqüentemente, desenvolvem uma identidade, que continua sendo fortemente influenciada pelas experiências e relações mantidas com outros membros de sua família, independentemente do tipo de família, ao longo do ciclo de vida.

REFERÊNCIAS

- Amato, P.P. (1995). Children's adjustment to divorce: Theories, hypotheses, and empirical support. *Journal of Marriage and Family*, 55, 628-640.
- Belsky, J. (1981). Early human experience: A family perspective. *Developmental Psychology*, 17, 3-23.
- Belsky, J. (1984). The determinants of parenting: A process model. *Child Development*, 55, 83-96.
- Berscheid, E. e Reis, H.T. (1998). Attraction and close relationships. Em D.T. Gilbert, S.T. Fiske e G. Lindzey (Orgs.), *The handbook of social psychology* (p. 193-281). New York: Oxford University Press.
- Bronfenbrenner, U. (1996). *A ecologia do desenvolvimento humano: experimentos naturais e planejados*. (M.A. Veríssimo, Trad.) Porto Alegre: Artes Médicas. (Trabalho originalmente publicado em 1979.)
- Bronfenbrenner, U. (1999). Environments in developmental perspective: Theoretical and operational models. Em S.L. Friedman e T.D. Wachs (Orgs.), *Measuring environment across the life span: Emerging methods and concepts* (p. 3-28). Washington, DC: American Psychological Association.
- Burgess, E.W. (1926). The family as a unity of interacting personalities. *The Family*, 7, 3-9.
- Carter, B. e McGoldrick, M. (1995). As mudanças no ciclo de vida familiar: uma estrutura para a terapia familiar. Em B. Carter e M. McGoldrick (Orgs.), *As mudanças no ciclo de vida familiar* (p. 7-29). (M.A.V. Veronese, Trad.) Porto Alegre: Artes Médicas. (Trabalho originalmente publicado em 1989.)
- Dessen, M.A. (1994). Interações e relações no contexto familiar: questões teóricas e metodológicas. *Psicologia: Teoria e Pesquisa*, 10, 213-220.
- Dessen, M.A. (1997). Desenvolvimento familiar: transição de um sistema triádico para poliádico. *Temas em Psicologia*, 3, 51-61.
- Dessen, M.A. e Braz, M.P. (2000). Rede social de apoio durante transições familiares decorrentes do nascimento de filhos. *Psicologia: Teoria e Pesquisa*, 16, 221-231.
- Dessen, M.A. e Lewis, C. (1998). Como estudar a "família" e o "pai"? *Cadernos de Psicologia e Educação Paidéia*, 8, 105-121.
- Dessen, M.A. e Torres, C.V. (2002). Family and socialization factors in Brazil: An overview. Em W.J. Lonner, D.L. Dinnel, S.A. Hayes e D.N. Sattler (Orgs.), *Online readings in psychology and culture* (Unidade 13, Cap. 2), (<http://www.wvu.edu/~culture>), Center for Cross-Cultural Research, Western Washington University, Bellingham, Washington, USA.
- Duvall, E.M. (1962). *Family development* (2. ed. revisada). New York: Lippincott.
- Elder, Jr., G.H. (1996). Human lives in changing societies: Life course and developmental insights. Em R.B. Cairns, G.H. Elder, Jr. e E.J. Costello (Orgs.), *Developmental science* (p. 31-62). New York: Cambridge University Press.
- Erel, O. e Burman, B. (1995). Interrelatedness of marital relations and parent-child relations: A meta-analytic review. *Psychological Bulletin*, 118, 108-132.
- Gariépy, J.L. (1996). The question of continuity and change in development. Em R.B. Cairns, G.H. Elder, Jr. e E.J. Costello (Orgs.), *Developmental science* (p. 78-96). New York: Cambridge University Press.
- Gomes-da-Costa, A.C. (1998). A família como questão no Brasil. Em S.M. Kaloustian (Org.), *Família brasileira: a base de tudo* (p. 19-25). São Paulo: Cortez Editora.
- Hinde, R.A. (1979). *Towards understanding relationships*. Londres: Academic Press.
- Hinde, R.A. (1997). *Relationships: A dialectical perspective*. Londres: Psychology Press.
- Hodkin, B., Vacheresse, A. e Buffett, S. (1996). Concepts of family: Methodological issues in assessing perceived family memberships. Em M. Cusinato (Org.), *Research on family resources and needs across the world* (p. 45-54). Milão: LED Edizioni Universitarie.

- Kier, C., Lewis, C. e Hay, D. (2000). Maternal accounts of the costs and benefits of life experiences after parental separation. *Psicologia: Teoria e Pesquisa*, 16, 191-202.
- Kreppner, K. (1988). Changes in dyadic relationships within a family after the arrival of a second child. Em R. Hinde e J. Stevenson-Hinde (Orgs.), *Relationships within families: Mutual influences* (p. 143-167). Oxford, UK: Oxford University Press.
- Kreppner, K. (1989). Linking infant development-in-context research to the investigation of life-span family development. Em K. Kreppner e R.M. Lerner (Orgs.), *Family systems and life-span development* (p. 33-64). Hillsdale, NJ: Lawrence Erlbaum.
- Kreppner, K. (1991). Observation and longitudinal approach in infancy research. Em M.E. Lamb e H. Keller (Orgs.), *Infant development: Perspectives from German-speaking countries* (p. 151-178). Hillsdale, NJ: Lawrence Erlbaum.
- Kreppner, K. (1992). Development in a developing context: Rethinking the family's role for the children's development. Em L.T. Winegar e J. Valsiner (Orgs.), *Children's development within social context* (p. 161-180). Hillsdale, NJ: Lawrence Erlbaum.
- Kreppner, K. (1995). Padrões comportamentais da família perante um segundo filho. Em J. Gomes-Pedro e M.F. Patricio (Orgs.), *Bebê XXI: criança e família na viragem do século* (p. 431-463). Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.
- Kreppner, K. (2000). The child and the family: Interdependence in developmental pathways. *Psicologia: Teoria e Pesquisa*, 16, 11-22.
- Kreppner, K. (2001). Sobre a maneira de produzir dados no estudo da interação social. *Psicologia: Teoria e Pesquisa*, 17, 97-107.
- Kreppner, K. (2002, Outubro). *Parent-child relations. Communication dynamics in families during children's transitions to adolescence*. Conferência ministrada no "Inaugural Meeting of the European Society on Family Relationships (ESFR)", Nijmegen, Holanda.
- Kreppner, K. (2003). Social relations and affective development in the first two years in family contexts. Em J. Valsiner e K.J. Connolly (Orgs.), *Handbook of developmental psychology* (p. 194-214). Londres: Sage.
- Kreppner, K. e Lerner, R.M. (Orgs.). (1989). *Family systems and life-span development*. Hillsdale, NJ: Lawrence Erlbaum.
- Kreppner, K. e Ullrich, M. (1996). Familien-Codier-System (FCS). Beschreibung eines Codiersystems zur Beurteilung von Kommunikationsverhalten in Familiendynaden [Sistema de Codificação da Família (FCS). Descrição de sistemas de codificação para avaliação do comportamento de comunicação diádico na família]. *Materialen aus der Bildungsforschung*, 57. Berlin: Max Planck Institut für Bildungsforschung.
- Kreppner, K. e Ullrich, M. (1998). Talk to mom and dad, and listen to what is in between. Em M. Hofer, P. Noack e J. Youniss (Orgs.), *Verbal interaction and development in families with adolescents* (p. 83-108). Greenwich, CT: Ablex.
- Kreppner, K., Ullrich, M. e Trautmann, G. (2002). Familien-Codier-System (FCST). Kategoriensystem zur Beurteilung triadischer Kommunikation in der Familien [Sistema de Codificação da Família (FCST). Sistema de categorias para avaliação da comunicação triádica na família]. *Materialen aus der Bildungsforschung*. Berlin: Max Planck Institut für Bildungsforschung.
- L'Abate, L. (1994). What is developmental family psychology? Em I.B. Weiner (Org. da Série) e L. L'Abate (Org. do Vol.), *Wiley Series on Personality Process: Handbook of developmental family psychology and psychopathology* (p. 3-23). New York: Wiley.
- Lewis, C. e Dessen, M.A. (1999). O pai no contexto familiar. *Psicologia: Teoria e Pesquisa*, 15, 09-16.
- Luster, T., Rhoades, K. e Haas, B. (1989). The relation between parental values and parenting behavior: A test of the Kohn hypothesis. *Journal of Marriage and the Family*, 51, 139-147.
- Minuchin, P. (1985). Families and individual development: Provocations from the field of family therapy. *Child Development*, 56, 289-302.
- Minuchin, P. (1988). *Relationships within the family: A systems perspectives on development*. Em R. Hinde e J. Stevenson-Hinde (Orgs.), *Relationships within families: Mutual influences* (p. 8-25). Oxford, UK: Clarendon Press/University Press.
- Neder, G. (1998). Ajustando o foco das lentes: um novo olhar sobre a organização das famílias no Brasil. Em S.M. Kaloustian (Org.), *Família brasileira: a base de tudo* (p. 26-46). São Paulo: Cortez Editora.
- Olson, M.R. e Haynes, J.A. (1993). Successful single parents. *Families in Society*, 74, 259-267.
- Petrucelli, J.L. (1998). Nupcialidade. Em S.M. Kaloustian (Org.), *Família brasileira: a base de tudo* (p. 159-171). São Paulo: Cortez Editora.
- Petzold, M. (1996). The psychological definition of "the family". Em M. Cusinato (Org.), *Research on family: Resources and needs across the world* (p. 25-44). Milão: LED-Edizioni Universitarie.
- Ribeiro, R.M., Sabóia, A.L., Branco, C.H. e Bregman, S. (1998). Estrutura familiar: trabalho e renda. Em S.M. Kaloustian (Org.), *Família brasileira: a base de tudo* (p. 135-158). São Paulo: Cortez Editora.
- Sigel, I.E., McGillicuddy-DeLisi, A.V. e Goodnow, J.J. (1992). *Parental belief systems: The psychological consequences for children*. Hillsdale, NJ: Lawrence Erlbaum.
- Singly, F. (2000). O nascimento do "indivíduo individualizado" e seus efeitos na vida conjugal e familiar. Em C.E. Peixoto, F. Singly e V. Cicchelli (Orgs.), *Família e individualização* (p. 13-19). Rio de Janeiro: Editora FGV.

- Stratton, P. (2003). Contemporary families as contexts for development. Em J. Valsiner e K. Connolly (Orgs.), *Handbook of developmental psychology* (p. 333-357). Londres: Sage.
- Torres, A. (2000). A individualização no feminino, o casamento e o amor. Em C.E. Peixoto, F. Singly e V. Cicchelli (Orgs.), *Família e individualização* (p. 135-156). Rio de Janeiro: Editora FGV.
- Trost, J. (1995). O processo de formação da família. Em J. Gomes-Pedro e M.F. Patricio (Orgs.), *Bebê XXI: criança e família na viragem do século* (p. 55-67). Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.
- Tudge, J., Hayes, S., Doucet, F., Otero, D., Kulakova, N., Tammeveski, P., Meltsas, M. e Lee, S. (2000). Parents' participation in cultural practices with their preschoolers. *Psicologia: Teoria e Pesquisa*, 16, 1-11.
- Tudge, J., Hogan, D., Lee, S., Tammeveski, M.M., Kulakova, N., Snezhkova, I. e Putnam, S. (1999). Cultural heterogeneity: Parental values and beliefs and their preschoolers' activities in the United States, South Korea, Russia, and Estonia. Em A. Göncü (Org.), *Children's engagement in the world: Socio-cultural perspectives* (p. 62-96). Londres: Cambridge University Press.
- Vaitsman, J. (1994). *Flexíveis e plurais: identidade, casamento e família em circunstâncias pós-modernas*. Rio de Janeiro: Rocco.
- Valsiner, J. (1989a). The social nature of human development: Some preliminaries. Em J. Valsiner (Org.), *Human development and culture: The social nature of personality and its study* (p. 1-16). Lexington, MA: Lexington Books.
- Valsiner, J. (1989b). Basic assumptions in the scientific study of complex psychological phenomena. Em J. Valsiner (Org.), *Human development and culture: The social nature of personality and its study* (p. 17-42). Lexington, MA: Lexington Books.
- Zamberlan, M.A.T. e Biasoli-Alves, Z.M.M. (Orgs.). (1997). *Interações familiares: teoria, pesquisa e subsídios à intervenção*. Londrina: U.E.L.
- Zamberlan, M.A.T., Camargo, F.C. e Biasoli-Alves, Z.M.M. (1997). Interações na família: Revisões empíricas. Em M.A.T. Zamberlan e Z.M.M. Biasoli-Alves (Orgs.), *Interações familiares: teoria, pesquisa e subsídios à intervenção* (p. 39-57). Londrina: U.E.L.